

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2014, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

Em 2014 foi assumida como principal prioridade deste Executivo o equilíbrio das contas do município, único caminho para evitar o colapso financeiro e criar condições para a retoma do desenvolvimento, condição necessária para melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Foi com esta orientação que se assumiram despesas imprescindíveis e inadiáveis, cumprindo as restantes regras da contratação, como não poderia deixar de ser, tendo sempre presente os superiores interesses dos munícipes. O recurso aos meios próprios da CM, quer para trabalhos de manutenção de vias e caminhos quer para manutenção e requalificação de equipamento inoperacional, a título de exemplo, foi uma constante.

A renegociação, por iniciativa própria, de algumas dívidas a fornecedores e a negociação de outras, sob pena de interrupção de serviços essenciais, como os transportes e as refeições escolares, mas numa base sustentável, transmitindo confiança aos fornecedores quanto aos novos compromissos assumidos, permitiu uma gestão de tesouraria com menos sobressaltos.

O ano de 2014 foi também marcado pela aprovação do PAEL, a concessão do respetivo visto pelo Tribunal de Contas e a preparação da candidatura ao Apoio Transitório de Urgência.

A nível macroeconómico, durante o ano de 2014 continuou a verificar-se o impacto das políticas de austeridade implementadas pelo executivo nacional, as quais se refletiram também a nível municipal, condicionando negativamente o rendimento das famílias e consequentemente a atividade económica.

Da análise aos documentos do município relativos ao ano de 2014, a nível orçamental, verifica-se uma diminuição do orçamento da receita, comparativamente a 2013, em 140.752,41€. O comportamento geral das receitas próprias foi positivo, com um acréscimo do seu valor absoluto relativamente a 2013 em 154.095,02€, mas que continua a ser insuficiente para fazer face aos compromissos assumidos. Já relativamente às receitas de capital, estas encontram-se condicionadas pela 1ª tranche do empréstimo PAEL no valor de 2.017.293,83€, que pelo facto de ter sido recebida no último dia do ano não teve reflexo no pagamento da dívida a que dizia respeito.

A análise orçamental da despesa, a partir dos “valores executados”, mostra uma redução da ordem dos 4,43%, correspondendo em termos absolutos a um valor inferior de 788.539,14€. Para esta redução contribuíram decisivamente as medidas implementadas ao nível da redução da despesa, particularmente despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital.

Da análise económica ressalta um valor de proveitos de 7.384.669,83€, inferior a 2013 em 5,58%. Embora se tenha registado um aumento arrecadado em “impostos e taxas” de 17,05%, o mesmo não foi suficiente para alocar a diminuição das receitas nas rubricas “Transferências e subsídios obtidos” (-7,32%) e “Proveitos e ganhos”

extraordinários" (-54,04%). Quanto aos custos verificou-se, comparativamente a 2013, uma diminuição em termos absolutos de 1.540.949,54€, para o que contribuíram decisivamente as rubricas "Fornecimento e serviços externos" (-722.657,41€), "custos com pessoal" (-269.230,51€) e "custos e perdas extraordinárias" (-419.025,97€).

Relativamente ao endividamento, a dívida total da área do município diminuiu de 19.117.614€ para 18.858.187€. Verificou-se deste modo uma variação da dívida de -0,98% e uma variação do seu excesso em -1,90%. Contudo a variação da dívida seria de -11,6% e a variação do excesso de -22,53% se a dívida total não fosse influenciada pelo recebimento da 1ª tranche do empréstimo PAEL sem o consequente pagamento da dívida correspondente.

Quanto às dívidas a terceiros de curto prazo reduziram 868.624,87€ (-14,40%), as dívidas a terceiros de médio e longo prazo aumentaram 1.626.073,45€ (+14,34%), consequência do recebimento da 1ª tranche do empréstimo do PAEL (2.017.293,83€) e pela contabilização da participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2016 a 2021. A dívida total a terceiros, que relativamente a 2013 é superior em 757.448,58€, reduzir-se-ia em 1.259.845,25€ se não tivesse ocorrido a arrecadação da 1ª tranche do empréstimo PAEL no último dia do ano sem que por isso fosse possível efetuar o correspondente pagamento aos credores.

Face ao exposto, podemos concluir que o município revela resultados que demonstram que, fruto da implementação, ao longo do ano de 2014, de medidas rigorosas ao nível da gestão, principalmente relacionadas com a redução da despesa e combate ao desperdício, se caminha firmemente no sentido de reverter a má situação económica e financeira em que se encontrava anteriormente. A candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em fase de preparação, contribuirá decisivamente para consolidar as contas do município e dar uma nova esperança ao desenvolvimento do concelho.

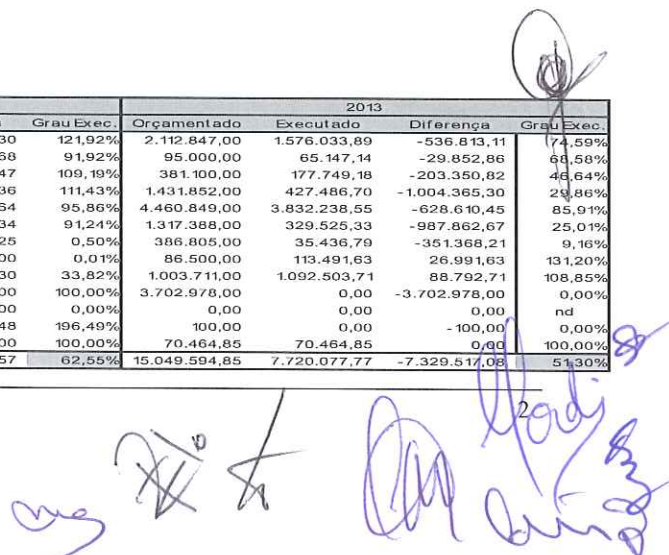
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete aumento das receitas próprias. Contudo, continua a existir a impossibilidade de atingir os valores previstos. A sobredotação de algumas rubricas, nomeadamente de 'Outras receitas correntes', 'Venda de bens de investimento' e "Outras receitas de capital", conduz a que o grau de execução continue baixo. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2014				2013			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	1.320.882,00	1.610.393,30	289.511,30	121,92%	2.112.847,00	1.576.033,89	-536.813,11	74,59%
02	Impostos indiretos	75.228,00	69.150,32	-6.077,68	91,92%	95.000,00	65.147,14	-29.852,86	68,58%
04	Taxas, multas e outras penalidades	211.251,00	230.674,47	19.423,47	109,19%	381.100,00	177.749,18	-203.350,82	46,64%
06	Rendimentos da propriedade	388.689,00	433.108,36	44.419,36	111,43%	1.431.852,00	427.486,70	-1.004.365,30	29,86%
05	Transferências correntes	4.171.497,81	3.998.929,17	-172.568,64	95,86%	4.460.849,00	3.832.238,55	-628.610,45	85,91%
07	Venda de bens e serviços correntes	430.936,00	393.175,66	-37.760,34	91,24%	1.317.388,00	329.525,33	-987.862,67	25,01%
08	Outras receitas correntes	3.026.229,67	15.192,42	-3.011.037,25	0,50%	386.805,00	35.436,79	-351.368,21	9,16%
09	Venda de bens de investimento	462.000,00	48,00	-461.952,00	0,01%	86.500,00	113.491,63	26.991,63	131,20%
10	Transferências de capital	1.064.756,64	360.099,34	-704.657,30	33,82%	1.003.711,00	1.092.503,71	88.792,71	108,85%
12	Passivos financeiros	2.017.293,83	2.017.293,83	0,00	100,00%	3.702.978,00	0,00	-3.702.978,00	0,00%
13	Outras receitas de capital	1.542.679,97	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	nd
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	300,00	589,48	289,48	196,49%	100,00	0,00	-100,00	0,00%
16	Saldo da gestão anterior	197.098,52	197.098,52	0,00	100,00%	70.464,85	70.464,85	0,00	100,00%
Total Receitas		14.908.842,44	9.325.752,87	-5.583.089,57	62,55%	15.049.594,85	7.720.077,77	-7.329.517,08	51,30%



O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2013 em 140.752,41 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2014 foi de 62,55%.

O Município continua com uma taxa de execução do orçamento da receita baixa. O baixo grau de execução orçamental resulta da orçamentação da receita continuar condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga nos exercícios anteriores, mas, exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminuiu de 91,18% para 86,75% se considerarmos os valores 'executados', e de 50,20% para 49,03 % se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2014					
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Grau Exec.
010101	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	18.310,00	9.117,27	-9.192,73	49,79%	9.117,27	49,79%
010102	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	600,00	43,05	-556,95	7,18%	43,05	7,18%
010201	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.624.473,00	2.519.884,36	-104.588,64	96,01%	2.461.152,50	93,78%
010202	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	5.989.593,00	5.435.542,46	-554.050,54	90,75%	2.753.467,88	45,97%
010204	Câmara Municipal - Transferências correntes	407.748,00	328.215,88	-79.532,12	80,49%	189.146,78	46,39%
010205	Câmara Municipal - Subsídios	51.000,00	21.238,05	-29.761,95	41,64%	21.238,05	41,64%
010206	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	98.488,00	43.541,55	-54.946,45	44,21%	43.541,55	44,21%
010207	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	2.700.512,44	2.556.484,33	-144.028,11	94,67%	419.981,45	15,55%
010208	Câmara Municipal - Transferências de capital	80.588,00	75.299,25	-5.288,75	93,44%	70.799,25	87,85%
010209	Câmara Municipal - Ativos financeiros	289.500,00	270.403,44	-19.096,56	93,40%	268.903,44	92,89%
010211	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%	0,00	0,00%
010303	Operações financeiras - Juros e outros encargos	631.600,00	536.789,63	-94.810,37	84,99%	321.835,07	50,96%
010310	Operações financeiras - Passivos financeiros	2.011.430,00	1.137.144,13	-874.285,87	56,53%	750.089,93	37,29%
Total despesas		14.908.842,44	12.933.703,40	-1.975.139,04	86,75%	7.309.316,22	49,03%

Rub.	Designação	2013					
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Grau Exec.
010101	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	19.500,00	10.397,17	-9.102,83	53,32%	10.397,17	53,32%
010102	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	1.500,00	0,00	-1.500,00	0,00%	0,00	0,00%
010201	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.748.295,00	2.701.994,52	-46.300,48	98,32%	2.614.667,02	95,14%
010202	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	6.077.675,85	5.801.796,11	-275.879,74	95,46%	2.459.766,01	40,47%
010204	Câmara Municipal - Transferências correntes	311.859,00	250.982,77	-60.876,23	80,48%	113.894,24	36,52%
010205	Câmara Municipal - Subsídios	247.800,00	224.116,05	-23.683,95	90,44%	224.116,05	90,44%
010206	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	62.160,00	59.407,51	-2.752,49	95,57%	58.366,31	93,90%
010207	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	3.342.319,00	2.902.010,65	-440.308,35	86,83%	549.020,12	16,43%
010208	Câmara Municipal - Transferências de capital	259.640,00	173.937,00	-85.703,00	66,99%	159.437,00	61,41%
010209	Câmara Municipal - Ativos financeiros	156.000,00	155.895,00	-105,00	99,93%	154.395,00	98,97%
010303	Operações financeiras - Juros e outros encargos	787.616,00	456.367,70	-331.248,30	57,94%	348.074,67	44,19%
010310	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.035.230,00	985.338,06	-49.891,94	95,16%	863.211,63	83,38%
Total despesas		15.049.594,85	13.722.242,54	-1.327.352,31	91,18%	7.555.345,22	50,20%

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela uma diminuição no respetivo grau de execução na ordem dos 4,43 p.p.. Contudo, em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 788.539,14 euros.



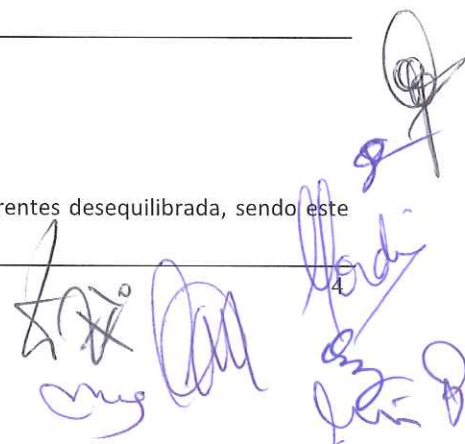
Considerando valores absolutos, tendo como referência os valores 'executados' pela Câmara Municipal verificamos:

- Despesas com Pessoal – diminuição de 6,74 p.p., cerca 182.100€;
Para este valor contribuíram positivamente fatores como a dispensa de pessoal internalizado da EM Combanima e negativamente o pagamento integral do subsídio de férias assim como os vencimentos de junho a meados de setembro;
- Aquisição de Bens e serviços – diminuição de 6,31 p.p., cerca de 366.253€;
Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa salientando-se a aquisição de bens e serviços, material de escritório, peças de material de transporte e outras, ferramentas e utensílios, outros bens, locação de edifícios, locação de material de transporte, locação de outros bens, comunicações, despesas de representação, assistência técnica e outros trabalhos especializados;
- Transferências Correntes – aumento de 30,77 p.p., cerca de 77.233€;
Contribui para o aumento desta rubrica transferências efetuadas ao abrigo de programas CEI e CEI+, anteriormente classificados noutra rubrica, e transferências efetuadas para os alunos Palop;
- Subsídios – diminuição de 90,52 p.p., cerca de 202.878€;
A rubrica e apreço teve esta diminuição acentuada devido à liquidação da EM Combanima.
- Outras despesas correntes – diminuição de 26,71 p.p., cerca de 15.866€;
Por diminuição acentuada de custas com processos.
- Aquisição de bens de capital – diminuição de 11,91 p.p., cerca de 345.526€;
Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa;
- Transferências de capital – diminuição 56,71 p.p., cerca de 98.637€;
A rubrica e apreço teve esta diminuição acentuada devido à liquidação da EM Combanima;
- Ativos Financeiros – aumento de 73,45 p.p., cerca de 114.508€;
Este aumento resulta das transferências efetuadas para a ProfiAcademus para cobertura de prejuízos por imposição legal;
- Juros e outros encargos – aumento de 17,62 p.p., cerca de 80.422€;
Esta rubrica encerra juros de empréstimos, relevando PAEL e Reequilíbrio Financeiro, e juros de mora de fornecedores;
- Passivos financeiros – aumento de 15,41 p.p., cerca de 151.806€;
O aumento desta rubrica é devido ao compromisso assumido com encargos dos empréstimos de PAEL e Reequilíbrio Financeiro;

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental verifica à partida uma relação entre receitas e despesas correntes desequilibrada, sendo este



desequilíbrio de carácter estrutural. O resultado das operações correntes constitui a maior parcela do défice orçamental do Município à data de 31 de dezembro de 2014. Contudo o deficit verificado diminuiu cerca de 28% contribuindo para este resultado a diminuição da despesa corrente (considerando valores de compromissos assumidos) em cerca de 6,4% e o aumento da receita corrente em cerca de 3,6%, ou seja, verifica-se o esforço efetivo pela contenção da despesa em cerca de 3%.

As despesas correntes de 2014 ascenderam a 8.894.372,25 euros, enquanto as receitas correntes apenas totalizaram 6.750.623,70 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	6.750.623,70	Receitas	6.514.082,43
Despesas	8.894.372,25	Despesas	9.505.061,83
Défice 2014	-2.143.748,55	Défice 2013	-2.990.979,40

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como os resultados correntes, é também ele negativo. As receitas de capital são constituídas maioritariamente pela receita proveniente do empréstimo PAEL (1ª tranche – 2.017.293,83€), valor arrecadado no último dia do ano e por isso sem reflexo na diminuição das despesas de capital, por via do pagamento das dívidas.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	2.377.441,17	Receitas	1.205.995,34
Despesas	4.039.331,15	Despesas	4.217.180,71
Défice 2014	-1.661.889,98	Défice 2013	-3.011.185,37

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios significativos tanto em 2014 como nos exercícios transatos. Verifica-se contudo uma diminuição da despesa total em 5,75%, cerca de 788.539€. A receita total apresenta um aumento de 20,80%, valor este influenciado pela arrecadação da 1ª tranche do empréstimo PAEL, caso esta arrecadação não tivesse ocorrido a receita total teria diminuído cerca de 5,33%. No final do exercício de 2014 aferiu-se um saldo negativo de 3.607.950,53 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2013 este se cifrava em 6.002.164,77 euros.



EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	9.325.752,87	Receitas	7.720.077,77
Despesas	12.933.703,40	Despesas	13.722.242,54
Défice 2014	-3.607.950,53	Défice 2013	-6.002.164,77

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	2.949.430,53	31,63%	2.795.335,51	36,21%
Outras Receitas	6.376.322,34	68,37%	4.924.742,26	63,79%
Total das Receitas	9.325.752,87	100,00%	7.720.077,77	100,00%

Em 2014 estas receitas corresponderam a 31,63% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo. Verifica-se, em 2014, um decréscimo de 4,58 pontos percentuais do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2013, com um acréscimo do seu valor absoluto de 154.095,02 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:



Rub.	Designação	2014		2013	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.610.393,30	54,60%	1.576.033,89	53,44%
02	Impostos indirectos	69.150,32	2,34%	65.147,14	2,21%
04	Taxas, multas e out pen.	230.674,47	7,82%	177.749,18	6,03%
05	Rendimentos da propriedade	433.108,36	14,68%	427.486,70	14,49%
07	Venda de bens e serv. corr.	393.175,66	13,33%	329.525,33	11,17%
08	Outras receitas correntes	15.192,42	0,52%	35.436,79	1,20%
09	Venda de bens de inv.º	48,00	0,00%	113.491,63	3,85%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	589,48	0,02%	0,00	0,00%
16	Saldo da gerência anterior	197.098,52	6,68%	70.464,85	2,39%
Total das receitas próprias		2.949.430,53	31,63%	2.795.335,51	36,21%
Total das receitas		9.325.752,87		7.720.077,77	

Contribui para o aumento das receitas próprias, verificado no exercício de 2014, os impostos directos, outras receitas correntes, taxas multas e outras penalidades, Rendimentos da propriedade, Venda de bens e serviços correntes, Reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior. Verificou-se contudo uma diminuição nas rubricas Outras receitas correntes e Venda de bens de investimento.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 23% da despesa total, representando um acréscimo de 3 pontos percentuais comparativamente ao exercício transato.

Os impostos directos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 17% da totalidade da receita, verificando-se um decréscimo, de 3 pontos percentuais, do peso destes na receita total, valor este influenciado pela arrecadação da 1ª tranche do empréstimo PAEL.

Rácio	2014	2013
Receitas Próprias / Despesa Total	0,23	0,20
Receitas Próprias / Receita Total	0,32	0,36
Impostos Directos / Receita Total	0,17	0,20

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade directa são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 68,37% do total das receitas no exercício de 2014, pelo que comparativamente ao exercício transato verificamos um acréscimo de 4,58 p.p., acréscimo este que se verifica devido à arrecadação da 1ª tranche do empréstimo PAEL.



	2014		2013	
Financiamento não próprio	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	3.998.929,17	62,72%	3.832.238,55	77,82%
Transferências capital	360.099,34	5,65%	1.092.503,71	22,18%
Passivos Financeiros	2.017.293,83	31,64%	0,00	0,00%
Total financiamento não próprio	6.376.322,34	68,37%	4.924.742,26	63,79%
Total Receitas	9.325.752,87		7.720.077,77	

Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2013, no exercício em análise, foram as transferências correntes, que possuíram maior peso (62,72%), verificando-se um aumento em valor absoluto de 166.690,62€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2014 existiu uma diminuição muito significativa face ao peso que detinham em 2013, registando-se, em valor absoluto, uma diminuição de 732.404,37€ nesta rúbrica.

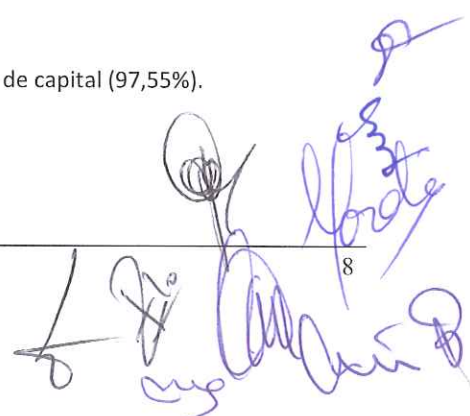
2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais (RFALEI) que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro**, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de funcionamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM – Fundo Social Municipal**: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (90,79%), quer de capital (97,55%).



ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.630.474,65	90,79%	3.410.103,93	89,49%
Outras Entidades Estado	248.059,44	6,20%	268.643,87	7,05%
Participação Comunitária	0,00	0,00%	4.038,62	0,11%
Fundos e Serv. Autónomos	34.825,83	0,87%	1.134,50	0,03%
Outras transferencias correntes	85.569,25	2,14%	148.317,63	3,89%
Total das Transferências Correntes	3.998.929,17	100,00%	3.810.517,30	100,00%

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	351.281,64	97,55%	807.541,94	40,66%
Outras Entidades Estado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Participação Comunitária	8.817,70	2,45%	284.961,77	14,35%
Outras transferencias capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	360.099,34	100,00%	1.986.181,00	100,00%

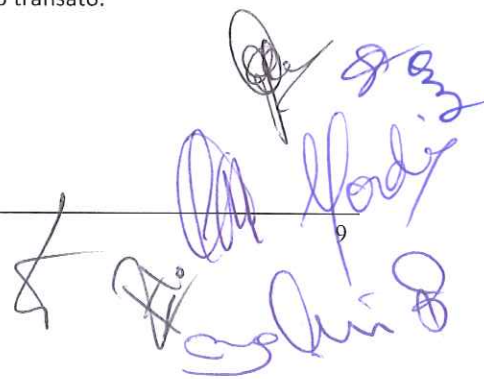
No exercício de 2014, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	351.281,64	-	-	351.281,64
Corrente	3.234.267,65	206.637,00	189.570,00	3.630.474,65
Total	3.585.549,29	206.637,00	189.570,00	3.981.756,29

Unid.: Euro

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2014, dos fundos municipais. Assinalamos o decréscimo de 2,75% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.



Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2004	3.966.719,00	-	
2005	4.046.053,00	2,00%	
2006	4.046.053,00	0,00%	
2007	4.015.660,00	-0,75%	
2008	4.152.080,00	3,40%	
2009	4.460.774,00	7,43%	Mapa XIX, OE 2009
2010	4.506.500,00	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175,00	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136,00	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136,00	0,00%	Mapa XIX, OE 2013
2014	3.955.241,00	-2,75%	Mapa XIX, OE 2014

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

A autarquia, em 2014, não teve arrecadação de receita proveniente de fundos comunitários.

	2014		2013		2012		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	0,00	-	195.351,42	67,60%	968.224,49	88,53%	624.985,00	93,20%
Outros	8.817,70	100,00%	93.648,97	32,40%	125.401,42	11,47%	45.608,79	6,80%
Total	8.817,70	100,00%	289.000,39	100,00%	1.093.625,91	100,00%	670.593,79	100,00%

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), nomeadamente no estabelecido no seu Capítulo V – Endividamento.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2014, com os limites de endividamento calculados nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais	Montante em excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)<(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
9.211.440	01-01-2014						
	17.369.903	1.747.712	19.117.614	18.986.664	9.775.224		
	31-12-2014						
	17.708.670	1.149.517	18.858.187	18.801.368	9.589.928		
Variação da Dívida %							-0,98%
Variação do Excesso da Dívida %							-1,90%
Utilização da Margem Disponível							
Dívida em excesso							

(em euros)

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu o excesso de endividamento em cerca de 0,98%. Contudo a variação da dívida seria de -11,60% e a variação do excesso da dívida de -22,53% se a dívida total não estivesse influenciada pela arrecadação da 1ª tranche do empréstimo PAEL, no último dia do ano, sem que, por isso, tenha existido o pagamento das dívidas afetas a essa tranche. Neste caso o município cumpriria o estabelecido na lei. Contribui para o excesso de endividamento o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e das Empresas Municipais.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

▪ Execução anual do PPI

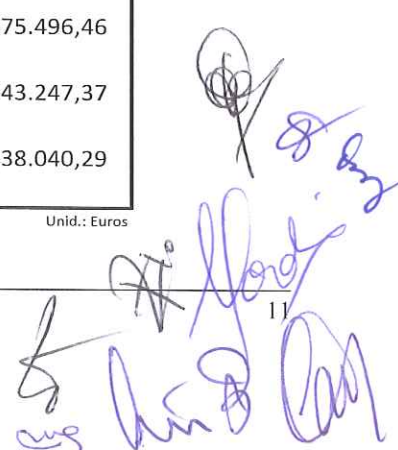
Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.314.725,22
Faturado no ano	128.053,33
Total.....	2.442.778,55
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	419.981,45

Unid.: Euros

▪ Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.467.750,91
Faturado no ano	1.375.496,46
Total.....	3.843.247,37
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.438.040,29

Unid.: Euros



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2014		2013		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	295.185,66	4,00%	331.018,47	4,23%	-35.832,81	-10,83%
Impostos e taxas	2.000.197,26	27,09%	1.708.848,60	21,85%	291.348,66	17,05%
Variação da produção						nd
Trabalhos para a própria entidade			26.564,64	0,34%	-26.564,64	nd
Proveitos suplementares						nd
Transferências e subsídios obtidos	4.347.217,20	58,87%	4.690.733,10	59,97%	-343.515,90	-7,32%
Outros proveitos e ganhos operacionais						nd
Proveitos e ganhos financeiros	453.059,91	6,14%	435.406,81	5,57%	17.653,10	4,05%
Proveitos e ganhos extraordinários	289.009,80	3,91%	628.822,54	8,04%	-339.812,74	-54,04%
Proveitos Totais	7.384.669,83	100,00%	7.821.394,16	100,00%	-436.724,33	-5,58%

Observamos que 58,87% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado, apresentando os Proveitos Totais uma diminuição de 5,58%.

Numa análise às rubricas da tabela, verificamos que as Vendas e Prestações de Serviços diminuíram 10,83%, diminuição essa resultante de uma menor cobrança de receita relativa a transportes escolares, cemitérios e saneamento. O aumento de 17,05% da rubrica Impostos e Taxas deve-se a uma maior arrecadação de impostos diretos e taxas multas e outras penalidades. No tocante a Transferências e subsídios obtidos a diminuição de 7,32% deve-se a diminuição das transferências do Estado e de projetos associados a Fundos Comunitários. Os Proveitos e Ganhos Financeiros aumentaram 4,05% devido a aumento de arrecadação de receita proveniente dos contratos de concessão da EDP e juros sobre cobrança de impostos. Os Proveitos e Ganhos extraordinários diminuíram 54,04% devido a menor receita cobrada relativa indemnizações por sinistralidade e menores correções relativas a exercícios anteriores, valor anormalmente elevado em 2013.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:



Estrutura de Custos	2014		2013		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	59.167,68	0,64%	135.453,39	1,25%	-76.285,71	-56,32%
Fornecimentos e serviços externos	2.226.546,96	24,01%	2.949.204,37	27,27%	-722.657,41	-24,50%
Custos com o pessoal	2.445.453,43	26,37%	2.714.683,94	25,11%	-269.230,51	-9,92%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	204.990,36	2,21%	347.153,14	3,21%	-142.162,78	-40,95%
Amortizações do exercício	3.590.258,56	38,72%	3.716.243,87	34,37%	-125.985,31	-3,39%
Provisões do exercício	263.903,44	2,85%	130,00	0,00%	263.773,44	nd
Outros custos e perdas operacionais	355,43	0,00%	2.647,18	0,02%	-2.291,75	-86,57%
Custos e perdas financeiros	343.250,36	3,70%	390.333,90	3,61%	-47.083,54	-12,06%
Custos e perdas extraordinários	138.403,94	1,49%	557.429,91	5,16%	-419.025,97	-75,17%
Custos Totais	9.272.330,16	100,00%	10.813.279,70	100,00%	-1.540.949,54	-14,25%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.590.258,56 € e com um peso de 38,72% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, que no exercício de 2014 representam 24,01% e 26,37% dos custos totais, respetivamente.

Analisando a tabela verifica-se uma diminuição significativa de todas as rubricas de Custos Operacionais salientando-se em valor absoluto 722.657,41€ de Fornecimentos e Serviços Externos e 269.230,51€ de Custos com Pessoal. A rubrica Provisões do Exercício regista um aumento expressivo resultante da constituição da provisão relativa ao investimento efetuado na ProfiAcademus para cobertura de prejuízos.

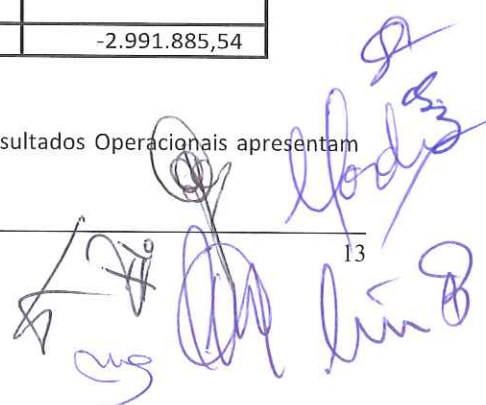
4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2014 e o exercício de 2013:

Rubricas	2014	2013
Resultados Operacionais	-2.148.075,74	-3.108.351,08
Resultados Financeiros	109.809,55	45.072,91
Resultados Correntes	-2.038.266,19	-3.063.278,17
Resultados Extraordinários	150.605,86	71.392,63
Resultados Líquidos	-1.887.660,33	-2.991.885,54

Da análise dos resultados verifica-se uma tendência positiva em todos eles. Os Resultados Operacionais apresentam



uma melhoria de cerca de 30,9% alcançada pelas políticas de contenção implementadas ao longo de 2014. Os Resultados Financeiros evoluíram favoravelmente em cerca de 143,6% resultante da redução de juros de mora em consequência da negociação com credores. Os Resultados Extraordinários também eles apresentaram evolução positiva de cerca de 110,9%. O Resultado Líquido, embora se mantenha negativo, regista uma evolução positiva de cerca 37%, o que em valor absoluto se traduz numa melhoria de 1.104.225,21€.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2014	2013	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	983.794,52	942.681,77	41.112,75	4,36%
Empréstimos concedidos				
Clientes, c/c				
Contribuintes, c/c	247,28	247,28		
Utentes, c/c	209.322,56	209.322,56		
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43		
Adiantamentos a fornecedores				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos				
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26		
Outros devedores	719.925,99	678.813,24	41.112,75	6,06%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo				
Total da Dívida de Terceiros	983.794,52	942.681,77	41.112,75	4,36%

Verifica-se um aumento da dívida de terceiros no exercício de 2014 em comparação com igual período do exercício anterior, no valor de 41.112,75€ sendo este resultante de valores a receber pela participação em projetos co-financiados, nomeadamente candidatura Sama Compete.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2014	2013	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	5.164.657,49	6.033.282,36	-868.624,87	-14,40%
Empréstimos a curto prazo				
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	2.018.457,42	2.647.472,92	-629.015,50	-23,76%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência				
Clientes e utentes c/cauções	887,03	887,03		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	558.682,34	730.613,47	-171.931,13	-23,53%
Estado e outros entes públicos	34.233,03	96.223,11	-61.990,08	-64,42%
Administração autárquica	32.560,10	26.212,96	6.347,14	24,21%
Outros credores	2.519.837,57	2.531.872,87	-12.035,30	-0,48%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	12.962.693,62	11.336.620,17	1.626.073,45	14,34%
Dívidas a instituições de crédito	12.603.824,07	11.336.620,17	1.267.203,90	11,18%
Outros Credores	358.869,55		358.869,55	n.d.
Total da Dívida a Terceiros	18.127.351,11	17.369.902,53	757.448,58	4,36%

No final de 2014, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 5.164.657,49 €, inferiores em relação ao ano anterior na ordem dos 14,4%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida, ao valor em dívida à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente a empréstimos e a participação no capital social do FAM a realizar em 2015 no valor de 59.812€.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, respeitantes a empréstimos bancários, registam um acréscimo de 11,18% em relação a 2013, devendo-se este acréscimo à contração do empréstimo PAEL, relativamente ao qual foi disponibilizado em 31 de dezembro o montante de 2.017.293,83 €. O valor registado na rubrica Outros Credores diz respeito à participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2016 a 2021.

O total da dívida a terceiros apresenta um aumento de 4,36%, este aumento verifica-se porque na dívida de médio e longo prazo está contabilizado o valor de 2.017.293,83€ resultante do recebimento efetivo da 1ª tranche do PAEL em 31-12-2014 sem que tivesse existido a correspondente diminuição da dívida de curto prazo pelo pagamento aos credores. Expurgando este valor a dívida a terceiros registaria uma diminuição de cerca de 7,25%.

Importa referir que existem encargos de empréstimos que não estão a ser liquidados nos prazos estabelecidos, situação que se arrasta desde o exercício de 2011. À data de 31 de Dezembro de 2014 o valor acumulado destes encargos (amortização e juros) ascendia a 1.447.318,08€, sendo que 450.022,01€ respeitam a incumprimento no ano;

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

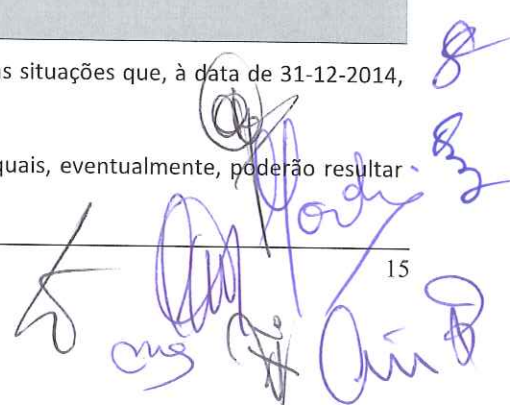
Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 1.887.660,33 euros (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta euros e trinta e três cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- | | |
|---|-----------------|
| ▪ Transferência para Resultados Transitados | -1.887.660,33 € |
|---|-----------------|

6. OUTROS FATORES RELEVANTES

Para além de todos os factos relatados nos pontos anteriores, importa referir as situações que, à data de 31-12-2014, não estavam evidenciadas nos documentos contabilísticos, a saber:

- Existem em curso vários processos judiciais contra o Município, dos quais, eventualmente, poderão resultar



valores a pagar de cerca de 840 mil euros;

- O Município foi notificado, pela Comissão Diretiva do Mais Centro, da decisão de rescisão dos contratos de financiamento referentes ao projeto da Requalificação e Reabilitação da Ex EN2 e Ex EN234 e do projeto Equipamentos para a coesão social - Construção de Ginásios, o que poderá implicar a devolução dos valores de comparticipação comunitária recebidos em cada um dos projetos, valores que ascendem a cerca de 900 mil euros;

